

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 05



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO

Nesta edição, são apresentados importantes avanços e discussões no âmbito nacional e estadual no que tange à política de Assistência Social, à promoção dos direitos da infância e à defesa de grupos em situação de vulnerabilidade. O boletim reúne, ainda, iniciativas interinstitucionais, orientações para a prática ministerial, atualizações sobre programas sociais e experiências exitosas conduzidas por diversos Ministérios Públicos do país.

A seção especial “Ouse Saber” reflete sobre o papel estratégico do SUAS no cuidado integral à primeira infância, ressaltando a relevância das políticas públicas intersetoriais na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e protetiva desde os primeiros anos de vida.

Boa leitura!



SUMÁRIO

01. NOTÍCIAS

02. ATUAÇÃO MINISTERIAL

03. ATUAÇÃO MINISTERIAL (OUTROS MP'S)

04. INDICAÇÕES INTERATIVAS

05. INFORMES

06. “OUSE SABER”

Equipe

Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra
Promotora de Justiça - Coordenadora

Roberta Camara Gomes Vieira de Sousa
Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Jovana Albues da Silva
Auxiliar Ministerial (Direito)

Mateus dos Santos Gomes Cardoso
Residente (Direito)

1. NOTÍCIAS



[Censo Sisan: dois terços dos municípios brasileiros contam com equipamentos de segurança alimentar](#)



O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) lançou o Censo Sisan, um marco inédito no mapeamento da segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros. De acordo com o levantamento, pelo menos 66% das cidades contam com equipamentos públicos como bancos de alimentos, cozinhas comunitárias, restaurantes populares, feiras, além da presença de instâncias governamentais e legislação sobre o tema.

A iniciativa, conduzida pela Secretaria Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome (SECF) do MDS, utilizou dados do Bloco de Segurança Alimentar e Nutricional da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para traçar um panorama abrangente sobre a presença do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) em todas as regiões do Brasil.

“O censo do Sisan buscou observar a presença dos componentes do sistema nos municípios”, pontuou a titular da SECF, Luiza Trabuco. Dentre esses componentes estão: Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional; Planos Municipais de SAN; programas e ações voltados à produção orgânica e agroecológica; serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural; e iniciativas de educação alimentar e nutricional.

Fonte: Governo Federal.

[Prontuário eletrônico da Assistência Social será integrado ao Cadastro Único](#)



O Prontuário Eletrônico do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) está passando por mudanças que devem facilitar a vida de inscritos no Cadastro Único e de profissionais da rede socioassistencial. Desenvolvida em parceria com a Dataprev, a nova versão da ferramenta foi anunciada na Portaria nº 1.804, publicada no dia 15 de maio. O novo sistema está em fase de testes e deve ser disponibilizado para todos os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do país a partir de setembro.

De acordo com a portaria, o novo prontuário fará a integração de dados com o Cadastro Único (CadÚnico) em tempo real, permitindo que as informações das famílias sejam recuperadas automaticamente durante os atendimentos. As principais inovações da nova versão são a recuperação automática de dados do CadÚnico, a visualização do histórico completo de atendimentos da família, a geração de relatórios de apoio à gestão e ao monitoramento das ações, além da redução do tempo de atendimento e de uma maior eficiência para técnicos e gestores.

Fonte: Governo Federal.

Brasil sediou a 5ª Conferência Global 'One Planet' entre 27 e 29 de maio

As mudanças climáticas têm impactado na segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a escassez hídrica e a instabilidade na geração de energia. Os efeitos acarretam a perda de vidas e afetam o bem-estar de famílias em todos os países. Nesse contexto, especialistas, representantes de governos, setor privado e organizações da sociedade civil reuniram-se, entre 27 e 29 de maio, para debater soluções para a transformação de sistemas alimentares mais saudáveis e sustentáveis para as pessoas e o planeta.

O Programa SFS é uma parceria multissetorial com o objetivo de acelerar a transformação para padrões sustentáveis de produção até o consumo de alimentos. Em 2025, a conferência busca inspirar e encorajar formuladores de políticas públicas a tomar decisões em fóruns políticos como a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), que ocorrerá em Belém, em novembro deste ano.

Nessa edição, realizada no Brasil, o evento é organizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), e co-liderado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária da Costa Rica, pelo Gabinete Federal de Agricultura da Suíça (FOAG) e pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com apoio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), entre outros.

Ao mesmo tempo em que são impactados pelas mudanças climáticas, no Brasil, os sistemas alimentares também são responsáveis por até 37% das emissões de gases de efeito estufa, das quais a pecuária representa entre 12% e 19% do total. Além disso, a combinação do crescimento populacional global e das mudanças nos padrões alimentares provavelmente aumentará a demanda por alimentos em 56% entre 2010 e 2050.

Fonte: Governo Federal.



Oficina em Brasília avança reordenamento do Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz



O Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz está na fase de transição para se tornar o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para crianças de 0 a 6 anos e gestantes, integrando as ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Como uma etapa do processo de reordenamento do programa, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome promove a Oficina de Construção de Metodologia do programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, nos dias 8 e 9 de maio, em Brasília.

O objetivo da oficina é a elaboração coletiva de um material de referência para a capacitação dos profissionais durante o período de reestruturação do programa. Para o secretário Nacional de Assistência Social, André Quintão, o encontro visa preparar os municípios para a transição do programa para um serviço socioassistencial regular. *“A política pública se constrói ouvindo democraticamente, pois está em jogo o presente dessas crianças que precisam do apoio do poder público”*, afirmou.

O processo de consulta percorreu todas as unidades da federação por meio de oficinas virtuais e agora avança para a fase presencial. A visita domiciliar, principal ferramenta do programa, será mantida como eixo central do novo serviço, ganhando caráter de política de Estado.

Fonte: Governo Federal.



MDS é convidado para encontro regional do Congemas em Aracaju

A presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), Penélope Regina, convidou, no dia 7 de maio, em Brasília, o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, para participar do Encontro Regional do Nordeste. O evento ocorre em Aracaju (SE), de 7 a 8 de julho, abrindo uma série de encontros que levarão ao Congresso Nacional da Assistência Social.

Segundo Penélope Regina, desde 2023, o ministro Wellington Dias tem sido um aliado estratégico do Congemas, ao participar dos eventos e oferecer apoio técnico. *“Ele reforça que o SUAS acontece nos municípios, onde a vida acontece. Sua compreensão e sensibilidade validam essa parceria”*, disse Penélope.

A presidente do Congemas reforçou a importância dos encontros promovidos pela entidade, considerados o maior espaço de formação técnica e política da assistência social no país. *“Participam não só gestores, mas também trabalhadores, usuários, entidades e todos que atuam no SUAS no Brasil”*, afirmou.

Fonte: Governo Federal.

Governo de MT assina termo para construção de centro do SER Família com atendimento a crianças com autismo



O município de Barra do Garças foi palco de um importante avanço na área de políticas públicas voltadas à infância e à inclusão social, no dia 9 de maio. Em cerimônia realizada com autoridades locais e estaduais, foi assinado o termo de autorização para ampliação do convênio do Programa SER Família Criança, que inclui a construção de uma nova unidade de atendimento especializada para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), por meio do SER Família Inclusivo.

O novo centro especializado será implementado com o apoio do Governo do Estado de Mato Grosso, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc), com foco no fortalecimento da rede de apoio às crianças com TEA e suas famílias.

Com a assinatura, a segunda unidade do Programa SER Família Criança no contraturno em Mato Grosso, que atenderá crianças em situação de vulnerabilidade social fora do horário escolar, também passará a oferecer atendimento especializado para crianças com TEA, promovendo o desenvolvimento educacional, social e emocional.

Fonte: Governo de Mato Grosso.



Prefeitura mobiliza ação contra o abuso sexual infantil

No dia 18 de maio, a Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão, participou da “2ª Caminhada do Bom Combate”, em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído há 25 anos.

O ato realizado no Parque das Águas, em Cuiabá, reuniu conselheiros tutelares, profissionais da rede de proteção, representantes da sociedade civil e autoridades públicas, visando alertar a população sobre uma das mais graves e silenciosas violações de direitos humanos: a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Com faixas com frases como: “Não se cale”, “Você pode salvar uma vida”, “Faça Bonito – Disque 100”, “Carinho de verdade não machuca e não dá vergonha”, “Toda denúncia é um ato de cuidado e compromisso com a vida”, “Toda criança merece crescer feliz e segura”, e “Quem não denuncia também violenta”, os participantes reforçaram a importância da denúncia e da proteção integral da infância.

Fonte: Prefeitura de Cuiabá.



Comissão debate mudanças no programa Minha Casa, Minha Vida



A Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados realizou uma audiência pública, no dia 8 de maio, para discutir a ampliação das faixas de renda para contemplação no Minha Casa, Minha Vida e a criação de espaços para formação técnica e profissional nos conjuntos habitacionais do programa.

"Em que pese o fato de a maioria das famílias ser chefiada por mulheres que trabalham e deixam seus filhos em casa, sugiro o debate sobre a construção de espaços educadores e centros de qualificação técnica e profissional nos conjuntos habitacionais. Sugiro ainda o debate sobre a ampliação das faixas de renda familiares para a contemplação no Minha Casa Minha Vida", diz Zé Neto.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.

Adiado debate sobre criação de censo específico para mapear déficit habitacional



A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados adiou para 28 de maio a audiência pública para discutir o Projeto de Lei 1195/23, que institui o Censo de Déficit e Inadequação Habitacional no Brasil. O debate estava previsto para o dia 21 de maio.

O projeto tem por objetivo identificar os municípios com maiores déficits habitacionais e mapear as áreas que apresentam inadequação nas moradias.

Com base no resultado, deverá ser elaborado um indicador que aponte para a ocorrência de situações de exclusão socioespacial, como os municípios e as áreas rurais sem urbanização, aglomerados subnormais, assentamentos precários ou favelas.

"A iniciativa é de grande relevância para a formulação de políticas públicas eficazes voltadas à promoção do direito à moradia digna e à superação das desigualdades socioespaciais no país", diz Hildo Rocha, que foi designado relator da proposta na comissão.

"Diante da complexidade e da amplitude do tema, faz-se necessária a realização de uma audiência pública com o objetivo de reunir especialistas, representantes do poder público e demais atores envolvidos com a pauta habitacional e urbana", acrescenta o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

2. ATUAÇÃO MINISTERIAL (MPMT)



Especialistas debatem proteção a crianças e adolescentes



Nos dias 29 e 30 de maio de 2025, o Poder Judiciário de Mato Grosso e o Ministério Público Estadual promoveram o 4º Encontro Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para debater temas relacionados à infância e juventude.

O evento reuniu Magistrados e Promotores de Justiça especializados na temática e foi realizado no Plenário 1 Des. Wandyr Clait Duarte, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em Cuiabá.

A programação contou com palestras, debates e apresentações voltadas a magistrados, promotores de Justiça e profissionais que atuam na área da infância em Mato Grosso. Os temas abordaram desde a efetivação de direitos fundamentais, como saúde e educação, até a prevenção da violência sexual, depoimento especial, entrega voluntária e medidas socioeducativas.

Fonte: MPMT.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPAC realiza reunião do GT-TEA para avaliar e planejar ações voltadas aos direitos das pessoas com autismo

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio do Grupo de Trabalho na Defesa dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (GT-TEA), realizou, no dia 13 de maio, uma reunião na Sala Multiuso do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf). O encontro teve como objetivo avaliar as demandas atuais e planejar as ações para o ano de 2025, com foco na garantia de direitos das pessoas com autismo.

Participaram da reunião a coordenadora do GT-TEA, Procuradora de Justiça Gilcely Evangelista, o Coordenador adjunto, Procurador de Justiça Francisco Maia Guedes, e os Promotores de Justiça Ocimar Sales Júnior e Dayan Albuquerque, integrantes do grupo de trabalho.

Entre os assuntos tratados, foram discutidas interlocuções com outras instituições relativas ao acesso a consultas e exames especializados, estruturação de serviços de saúde, acompanhamento educacional, inclusão no ensino superior, empregabilidade, além da elaboração de materiais institucionais e apoio a famílias em situação de vulnerabilidade.

"Avaliamos as demandas e alinhamos as próximas ações do grupo, com foco na continuidade do Projeto TEA e no fortalecimento da atuação institucional. Agradeço o empenho dos membros que compõem o grupo", afirmou a Coordenadora Gilcely Evangelista.

Fonte: MPAC.

MPAC recomenda melhorias na execução dos serviços socioassistenciais em Rio Branco

O Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), por meio da Promotoria de Justiça Especializada de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, expediu recomendação ao Município de Rio Branco e à Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, para que, no prazo de 60 dias, sejam adotadas providências para regularização de deficiências identificadas em unidades que compõem a rede municipal de assistência social.

Conforme a recomendação, a medida foi motivada por visitas técnicas realizadas pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT), cujos relatórios psicossociais apontaram fragilidades estruturais, ausência de profissionais, carência de equipamentos, desatualização de alvarás obrigatórios e falhas na gestão de dados, que comprometem a efetividade dos serviços oferecidos à população em situação de vulnerabilidade.

Foram avaliadas unidades dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), do Centro POP, da Unidade de Acolhimento Dona Elza, do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e do Consultório na Rua. Em todas foram identificadas situações que demandam correções, como contratação de profissionais, adequações na infraestrutura, implantação de sistemas de gestão de dados e melhoria na articulação institucional.

Fonte: MPAC.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPAM recomenda melhorias estruturais e reforço na equipe do Creas de Atalaia do Norte

Na cidade de Atalaia do Norte, o Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio da Promotoria de Justiça local, expediu recomendação à Secretaria Municipal de Assistência Social e à prefeitura para que sejam adotadas medidas imediatas de ampliação da equipe técnica e melhoria da infraestrutura do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do município.

A recomendação, assinada pelo Promotor de Justiça Dimaikon Dellon Silva do Nascimento, foi motivada por uma inspeção realizada pela promotoria no dia 3 de abril de 2025, quando foram constatadas deficiências que comprometem o pleno funcionamento do equipamento público. “Após a inspeção, constatou-se que a estrutura física e o quadro de pessoal do Creas apresentam deficiências significativas que comprometem a prestação adequada dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial”, afirmou o Promotor.

Entre os principais problemas, destacam-se: a insuficiência de profissionais, com a necessidade de contratação de, pelo menos, um(a) assistente social e um(a) psicólogo(a); e as condições inadequadas de trabalho, como a divisão de salas entre os profissionais e a falta de climatização em dois dos quatro cômodos do prédio.

Fonte: MPAM.

MP do Ceará, MPF, MPT, DPU e Defensoria Pública do Estado orientam Prefeitura de Fortaleza a não retirar pessoas em situação de rua de áreas públicas com uso de força

O Ministério Público do Estado do Ceará, o Ministério Público Federal (MPF) e as Defensorias Públicas do Estado e da União cobraram, no dia 8 de maio, que a Prefeitura de Fortaleza não remova pessoas em situação de rua de áreas públicas da capital com o emprego da força. A recomendação reforça que este público deve ter seus direitos assegurados, cabendo a gestão municipal garantir a essas pessoas o acesso à cidadania, moradia, saúde, assistência social e qualificação profissional.

Os órgãos ainda recomendaram que seja elaborado um plano de ação para que, em processos de requalificação de espaços urbanos, seja feito um relatório social das pessoas atingidas e apresentadas as ações que serão realizadas para atender as demandas desse público. A Prefeitura também foi orientada a comunicar previamente o dia, horário e local das ações de zeladoria urbana, garantindo transparência dos atos da administração pública.

Ainda foi recomendado à Prefeitura que não utilize técnicas de arquitetura hostil contra as populações em situação de rua, bem como faça um levantamento das barreiras e equipamentos que dificultam o acesso a serviços públicos, elencando ainda soluções para corrigir eventuais problemáticas. A Prefeitura deve, ainda, disponibilizar bebedouros, banheiros públicos e lavanderias sociais de fácil acesso para a população em situação de rua e promover a capacitação dos agentes que atuam no atendimento para garantir um tratamento digno aos atendidos.

Fonte: MPCE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



GAESFO realiza evento para discutir o orçamento público na garantia de direitos da população em situação de rua

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES), por meio do Grupo de Atuação Especial de Combate à Fome e de Defesa da Pessoa em Situação de Rua (GAESFO), realizou, no dia 12 de maio, o seminário "Orçamento Público: Garantia dos direitos da população em situação de rua". O evento aconteceu no Auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, em Vitória, e contou com a presença do público capixaba e profissionais da área.

Compuseram a mesa de abertura dos painéis a Coordenadora do GAESFO, Promotora de Justiça Graziela Argenta Zaneti e a Dirigente do Centro de Apoio Operacional de Defesa Comunitária (CACO), Procuradora de Justiça Karla Dias Sandoval Mattos Silva, tendo como debatedores o Promotor de Justiça Lélío Marcarini e a Promotora de Justiça Maria Clara Mendonça Perim. O objetivo do seminário foi permitir a compreensão melhor do Orçamento Público para a realização de direitos, pois sem recursos não há o desenvolvimento de política pública.

Alexsander Binda Alves pontuou a necessidade de construção de Plano Plurianual que contemple diretrizes, objetivos e metas da administração pública, com elementos essenciais, constitucionais e de integração, pois se trata de planejamento fundamental para entrega de bens e serviços demandados pela sociedade. Ele explicou que essa lei, inobstante seja de competência privativa de elaboração do Chefe do Poder Executivo, advém da integração do planejamento que é de responsabilidade de todos os poderes da República. Ressaltou ainda que o Tribunal de Contas está à disposição como força de indução para realização de cursos sobre PPA no Estado e Municípios capixabas.

Fonte: MPES.

MPMS apoia adesão de Campo Grande ao Plano Nacional para pessoas em situação de rua

Em uma audiência pública realizada, no dia 12 de maio, na Câmara Municipal, discutiu-se o Plano Nacional de Ruas Visíveis, uma iniciativa do Governo Federal para promover a inclusão social e garantir os direitos humanos da população em situação de rua. A iniciativa da audiência foi da Vereadora Luiza Ribeiro, presidente da Comissão Permanente de Políticas e Direitos das Mulheres, de Cidadania e de Direitos Humanos, que destacou a importância de ações integradas para a assistência à população em situação de rua, especialmente em Campo Grande.

Participaram dos debates representantes do Ministério Público de Mato Grosso do Sul (MPMS), da Defensoria Pública e Polícia Militar, que reforçaram a importância de políticas públicas e recursos para atender às necessidades das pessoas em situação de rua.

A Promotora de Justiça e Coordenadora do Núcleo da Cidadania (Nuci), Daniela Cristina Guiotti, destacou que o MPMS cobrará a implementação dessas políticas para garantir acesso a direitos como saúde, moradia e assistência social. *"A partir do diagnóstico feito aqui na audiência pública, vamos passar a monitorar essas políticas e cobrar do Poder Público a efetivação delas"*, afirmou.

Fonte: MPMS.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPPA obtém decisão parcialmente favorável em recurso para garantir direitos à população em situação de rua

Em decisão do último dia 15, foi deferida parcialmente, em antecipação de tutela, a pretensão veiculada no Agravo de Instrumento nº 0804865-95.2025.8.14.0000, interposto em face de decisão do Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública dos Direitos Difusos, Coletivos e Individuais de Belém, que negou pedidos liminares formulados em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará.

Na referida ação, que tem por objeto a condenação do Estado do Pará a formular e executar todos os programas, projetos e ações necessários à efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 (à qual o Pará aderiu formalmente no ano de 2022), assim como à Política Estadual para a População em Situação de Rua, estabelecida pela Lei Estadual nº 9.306/2021, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública indeferiu os pedidos liminares do Ministério Público, sob a alegação de que teriam caráter satisfativo, o que foi categoricamente rechaçado pela desembargadora relatora do agravo de instrumento, ao sustentar que, *“com base na fundamentação recursal e nos elementos constantes dos autos, é possível afirmar, com segurança, que nenhum dos pedidos liminares possui caráter satisfativo”*.

Em sua decisão, a Magistrada de 2ª instância determinou que o Estado do Pará “promova, em observância ao art. 5º, XIV, da Lei Estadual nº 9.306/2021, o acréscimo na Lei Orçamentária Anual do exercício de 2025, para que conste a alocação de recursos específicos com vistas à efetivação das políticas públicas destinadas à população em situação de rua”, bem como que “realize gestões junto à União, por meio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), visando à assinatura do Termo de Compromisso do Plano Nacional Ruas Visíveis”.

Fonte: MPPA.

MPPB orienta atuação de membros para a implementação de centros-dia nos municípios

O Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Direitos Fundamentais do Ministério Público da Paraíba encaminhou aos Promotores de Justiça da área, a título de apoio funcional, modelos de atuação para que os municípios implementem equipamentos de centro-dia, para oferta de serviço de proteção social especial para pessoas idosas e pessoas com deficiência com algum grau de dependência.

A coordenadora do CAO da Cidadania, Promotora Liana Espínola de Carvalho, explica que os centros-dia são equipamentos essenciais para a promoção da qualidade de vida das pessoas idosas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade ou com certo grau de dependência. *“Esses equipamentos oferecem atendimento especializado durante o dia, permitindo que os idosos tenham acesso a cuidados, atividades recreativas e socialização, enquanto seus familiares ou cuidadores mantêm suas atividades diárias”*, afirma.

Fonte: MPPB.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL

OUTROS MP'S



MPPR ajuíza ação civil pública para que Município de Cascavel adote providências para regularização de serviço de acolhimento de população em situação de rua

O Ministério Público do Paraná ajuizou ação civil pública para que o Município de Cascavel, no Oeste do estado, adote uma série de providências para a regularização do Serviço de Acolhimento Institucional para a População em Situação de Rua (Casa Pop Cascavel). A partir de apurações conduzidas pela 12ª e pela 9ª Promotorias de Justiça da comarca, ficou constatado que o serviço, prestado pela Municipalidade, tem funcionado de forma precária, especialmente em relação à composição da equipe técnica disponível para atender o público e à inexistência de local adequado para atendimento dos usuários e da demanda do serviço.

Entre os problemas identificados, estão a insuficiência de banheiros, inclusive adaptados para pessoas com deficiência; a insuficiência de alimentos e produtos de higiene e manutenção e de lugares para acondicionamento dos produtos/alimentos; a ausência de profissionais de psicologia, de nível médio e de auxiliar administrativo na equipe técnica; a falta de controle eletrônico dos prontuários e das fichas dos usuários; a existência de usuários que deveriam ser encaminhados para outros serviços (por exemplo, pessoa idosa, com deficiência ou transtornos mentais por uso de substâncias psicoativas).

Além disso, foi constatado o direcionamento de pessoas à Casa Pop para pernoite, muitas vezes portando objetos ilícitos – devido à ausência de segurança feminina para revista nas mulheres, alguns usuários acabam ingressando na casa com objetos que colocam em risco a segurança dos demais usuários e trabalhadores.

Fonte: MPPR.

MPPE promove evento voltado a discutir o papel do Ministério Público no fortalecimento do SUAS

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizou, no dia 7 de maio, o seminário "Ministério Público e a defesa do SUAS". Realizado de forma híbrida, o evento teve como foco a orientação aos membros e servidores do MPPE para buscar o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O seminário foi promovido pelos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Cidadania (CAO Cidadania) e da Infância e Juventude (CAO Infância e Juventude), com apoio da Escola Superior do MPPE.

O Procurador-Geral de Justiça, José Paulo Xavier, destacou a importância da iniciativa para fomentar a cultura da garantia dos direitos fundamentais.

"O projeto MP SUAS busca, no âmbito interno e externo do MPPE, fomentar a cultura da garantia dos direitos fundamentais ao cidadão e à cidadã. Não apenas ao prévio conhecimento dos serviços prestados pela rede de proteção assistencial, como também despertando nos integrantes da instituição a necessidade para se atentar à grave situação das pessoas vulnerabilizadas socialmente, posto que têm instrumentos legais capazes de transformar as vidas desses cidadãos", afirmou.

Fonte: MPPE.

3. ATUAÇÃO MINISTERIAL OUTROS MP'S



MPPI realiza visitas aos Creas e Cras dos municípios da Comarca de São João do Piauí

A 1ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí, por meio do Promotor de Justiça Jorge Luiz da Costa Pessoa, realizou visitas institucionais aos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) dos municípios de São João do Piauí e Lagoa do Barro do Piauí, bem como, aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) localizados nos municípios de Pedro Laurentino, Campo Alegre do Fidalgo, João Costa, Nova Santa Rita e Capitão Gervásio Oliveira.

As visitas tiveram como objetivo a verificação da estrutura física e funcional das unidades, especialmente no que diz respeito ao suporte prestado pelos órgãos à fiscalização e acompanhamento das medidas socioeducativas em meio aberto, conforme previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Durante as diligências, foram inspecionadas as instalações, a composição das equipes técnicas e a capacitação dos profissionais responsáveis pela execução das medidas, conforme diretrizes estabelecidas no Plano de Atendimento Socioeducativo.

Fonte: MPPI.

MPSC apura fatos mostrados em vídeo de abordagem policial a pessoas em situação de rua em Florianópolis

Duas Promotorias de Justiça da Comarca da Capital - a 42ª, da área do Direito Militar, e a 40ª, da área do controle externo da atividade policial - instauraram procedimentos para apurar os fatos mostrados em um vídeo de uma abordagem policial a pessoas em situação de rua em Florianópolis, amplamente divulgados nesta terça-feira (13/5).

Os procedimentos foram abertos a partir de uma representação noticiando que, nesta segunda-feira (12/5), por volta das 23h20, policiais militares teriam praticado agressões físicas no exercício de suas funções contra pessoas em situação de rua que se abrigavam da chuva sob a marquise do prédio do INSS, defronte à praça Pereira Oliveira, no Centro da cidade. O ofício veio acompanhado pelo vídeo que mostra os fatos narrados.

Como primeira medida para apuração do caso, o Promotor de Justiça Rodrigo Millen Carlin, titular da 42ª Promotoria de Justiça, requisitou ao Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina a instauração de um inquérito policial militar para apuração e esclarecimento dos fatos ou, caso já exista procedimento em andamento, informe o seu número e forneça informações sobre o estado atual do procedimento de investigação.

Já o Promotor de Justiça Jádél da Silva Júnior, da 40ª Promotoria de Justiça, determinou a expedição de ofícios à Polícia Militar, solicitando a identificação dos envolvidos, informações sobre o destino das vítimas e medidas adotadas e de quem partiu a ordem para a abordagem; à Corregedoria da PM, requisitando a instauração de um procedimento investigativo; e à Prefeitura de Florianópolis, pedindo esclarecimentos sobre as ações da força-tarefa DOA em relação ao caso.

Fonte: MPSC.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA LER

1



“ESTRUTURA JUDICIÁRIA E GESTÃO ADMINISTRATIVA DE POLÍTICAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE”

Fonte: CNJ.

2



“SUAS e Programa Criança Feliz - Atuação Integrada”

Fonte: MDS.

3



“Plano Nacional pela Primeira Infância”

Fonte: Rede Nacional Primeira Infância.



4. INDICAÇÕES INTERATIVAS

PARA VER

4



“Capacitação para novos visitantes - Programa Criança Feliz”

Fonte: Canal do Youtube - Danilo Ciconi Psicólogo.

5



“Primeira infância no SUAS: fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”

Fonte: Canal do Youtube - ESFOSUAS-PE

6



“Campanha Maio Laranja | O SUAS no Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”

Fonte: Canal do Youtube - SNAS | Rede SUAS.

4. INDICAÇÕES INTERATIVAS



PARA OUVIR

7



“A Primeira infância - Fundamentos para vida”

Fonte: Spotify - Podcast - Amanda.

8



“PRIEIRA INFÂNCIA NO AR”

Fonte: Spotify - Podcast - Daniela Florio.

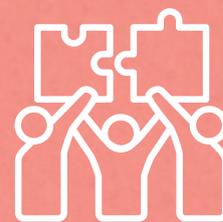
9



“Disque Social garante contato direto entre cidadãos e o MDS”

Fonte: Sondcloud - Rádio Brasil Campinas.

5. INFORMES



INFORMES CADÚNICO

✓ INFORME N° 69 • 23.5.2025

A funcionalidade **Conteste Aqui** já está disponível no Portal do Cadastro Único. As gestões municipais e do Distrito Federal podem contestar dados pessoais e de documentos integrados ao Cadastro Único.

✓ INFORME N° 68 • 22.4.2025

Transmissão de entrevistas realizadas nos dispositivos móveis para Portal de Gestão do Cadastro Único será liberada. A partir dessa semana, as gestões municipais poderão avançar no uso da ferramenta e transmitir os dados coletados nas entrevistas com as famílias para o Sistema de Cadastro Único.

INFORMES BOLSA FAMÍLIA

✓ INFORME N° 82 • 27.5.2025

O MDS traz atualizações sobre os temas: devolução voluntária de benefícios e suspensão temporária do reflexo cadastral no PBF e no PAGB.

✓ INFORME N° 80 • 16.5.2025

Programa Bolsa Família e a nova Regra de Proteção para as famílias beneficiárias. No próximo mês, começa a valer a nova Regra de Proteção no PBF. Veja as principais informações sobre essa mudança!

✓ INFORME N° 79 • 9.5.2025

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) realiza o pagamento dos benefícios do Bolsa Família do mês de abril de 2025. No mês de abril, o Programa Bolsa Família realizou o pagamento de benefícios para cerca de 20,4 milhões de famílias no Brasil.

6. "OUSE SABER"



O SUAS e a Primeira Infância: cuidado integral desde os primeiros passos

A atenção à primeira infância constitui uma das mais relevantes expressões do compromisso do Estado com a promoção da dignidade humana e com a construção de trajetórias de vida mais justas, saudáveis e protegidas. O cuidado com crianças na primeira infância – fase que compreende os primeiros seis anos de vida – exige políticas públicas intersetoriais, sensíveis às singularidades dessa etapa do desenvolvimento, e capazes de promover proteção integral desde o início da vida.

Nesse cenário, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) desempenha papel estratégico ao garantir suporte qualificado às famílias em situação de vulnerabilidade, por meio de serviços continuados que fortalecem vínculos afetivos, previnem situações de risco e promovem o acesso a direitos fundamentais. A Política Nacional de Assistência Social reconhece a primeira infância como fase prioritária de atenção, na qual os impactos das violações são mais profundos, mas também onde as intervenções têm maior potência de transformação.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), desenvolvido nos CRAS, constitui importante porta de entrada para a rede de proteção social, promovendo o acompanhamento familiar sistemático, a escuta qualificada e a articulação com as demais políticas públicas. A esse serviço se soma o Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, que realiza visitas domiciliares com foco no desenvolvimento integral infantil, oferecendo apoio personalizado às gestantes, crianças pequenas e seus cuidadores, com ênfase no fortalecimento do papel protetivo da família e na estimulação de práticas parentais saudáveis.

A intersectorialidade com as políticas de saúde e educação, especialmente por meio de estratégias como o Programa Saúde na Escola (PSE), amplia a capacidade de resposta do Estado às múltiplas dimensões da infância. É por meio dessa articulação que se viabiliza o atendimento integral e contínuo, especialmente nos territórios marcados pela pobreza estrutural, onde se concentram as maiores violações de direitos.

Os dados sobre pobreza infantil no Brasil são alarmantes: estima-se que mais de 60% das crianças de até seis anos vivam em situação de vulnerabilidade social. A precariedade das condições de vida na infância compromete o desenvolvimento saudável, amplia a exposição a negligências e aumenta o risco de violações, inclusive de violência sexual.

Ademais, é importante destacar que a maior parte dos casos de abuso sexual infantil ocorre no ambiente familiar ou em círculos de convivência próximos, o que exige redes de proteção atentas, integradas e capacitadas para a identificação precoce de sinais de violência.

Nesse contexto, o mês de maio – marcado pela campanha Maio Laranja – convoca a sociedade e os órgãos públicos a refletirem e agirem contra a violência sexual praticada contra crianças e adolescentes. A atuação do SUAS é fundamental nessa frente, tanto na prevenção quanto na proteção das vítimas, por meio de equipes técnicas qualificadas, ações de sensibilização, acompanhamento psicossocial e encaminhamentos para responsabilização dos agressores.



Ao Ministério Público incumbe o papel de zelar pelo funcionamento adequado dos serviços socioassistenciais, fiscalizar a implementação dos programas voltados à primeira infância, como o Criança Feliz, e garantir que os municípios possuam estrutura mínima para realizar atendimentos qualificados e contínuos. A articulação institucional com os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direitos, Secretarias Municipais e organizações da sociedade civil fortalece o enfrentamento às violações e assegura maior efetividade na proteção dos direitos de crianças e suas famílias.

Portanto, promover o cuidado integral desde os primeiros passos significa muito mais do que assegurar sobrevivência: é garantir um início de vida digno, protegido e cheio de possibilidades. O SUAS, quando devidamente estruturado e integrado, é instrumento potente de cuidado e transformação social, sendo imprescindível que sua atuação seja priorizada, sobretudo no atendimento à infância.

A defesa da primeira infância é, assim, uma das mais nobres formas de compromisso com o presente e com o futuro da sociedade.





MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

